## MPV 726 00352



**ETIQUETA** 

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	_
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726/2016	<b>■</b> ■ 8
MARIA DO ROSÁRIO Partido PT	CD/16031.73490-08
1. X Supressiva 2 Substitutiva 3Modificativa 4Aditiva	CD/16
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	<b>=</b>
Modifique-se a alínea "j" do inciso IV do Art. 27 da Lei 10.683/2003, constantes do art. 12 Medida Provisória 726/2016.  Art. 27.  IV - Ministério da Educação e Cultura:  j) a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações serão realizadas pela Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento, e homologadas mediante decreto;	
JUSTIFICAÇÃO	
A Medida Provisória 726/2016, conforme se extrai do inciso IV, do art. 27 da Lei 10.683/2003, funde o Ministério da Educação com o Ministério da Cultura, transferindo também a competência para delimitação e demarcação terras quilembelos (alígnos "i") que atualmente ó realizada pala Eundação Polmaros	

quilombolas (alínea "j") que, atualmente, é realizada pela Fundação Palmares (MinC).

Considerando que também o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto, a responsabilidade e atribuições que até então cabia ao INCRA e

a Fundação Palmares está sendo deslocada para o MEC.

A presente emenda pretende respeitar a prática adotada pelo Decreto 4.887 de 2003 pois a centralização exclusiva nas atribuições do ministério, sem a referencia direta de tais instituições representa uma involução nas políticas de delimitação e demarcação de terras quilombolas até então em curso e, como o seu esvaziamento, ameaça de extinção o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Fundação Cultural Palmares.

**PARLAMENTAR**